



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



COMISSÃO DE COMPETITIVIDADE, ECONOMIA, FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 66/2019

DATA: 30/08/2019

EMENTA: Institui a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual - LOA, do Exercício de 2020.

Autor: Poder Executivo

RELATÓRIO:

O Poder Executivo apresentou à Câmara Municipal, em 30 de agosto de 2019, o Projeto de Lei nº 66/2019, que institui a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual - LOA, do Exercício de 2020.

O Referido Projeto restou lido no Expediente da Sessão Ordinária de 02 de setembro de 2019, conforme a Ata nº 59/2019.

Nos termos do art. 70, inc. I, e 170, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, fora encaminhado para esta Comissão temática, incumbida de verificar os aspectos legais, contábeis e fiscais da proposição.

VOTO:

Compete a esta Comissão analisar as proposições legislativas, bem como emitir parecer especializado, nos termos dos arts. 42 e 70, inc. I e 170, do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Antes de adentrarmos no mérito do Projeto, atentamos para a tempestividade do mesmo, considerando o termo disposto do inc. II, artigo 98, da Lei Orgânica de Novo Hamburgo:

"Art. 98 Os projetos de lei sobre o Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias, Orçamentos Anuais e alterações ao Código Tributário Municipal serão enviados pelo Prefeito ao Poder Legislativo, nos seguintes prazos:

(...)

II. anualmente, até 31 de agosto;"

Também, foi devidamente observada ainda a iniciativa para a deflagração do processo legislativo, sendo o envio da LDO competência privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme prevê o artigo 165 da CF/88:

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

III - os orçamentos anuais."

Neste mesmo sentido, a disposição quase que literal do mesmo artigo em nossa Lei Orgânica Municipal:

"Art. 93 Leis de iniciativa do Poder Executivo Municipal estabelecerão:

I. o Plano Plurianual;

II. as Diretrizes Orçamentárias;

III. os Orçamentos Anuais."

Igualmente, mister algumas considerações acerca da peça orçamentária ora submetida à análise. Um dos objetivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o parágrafo 2º do art. 165 da Constituição Federal, é a apresentação das metas e prioridades da Administração Pública para o exercício financeiro subsequente.

As metas são a mensuração das ações de governo para definir quantitativamente o que se propõe ser atendido, e prioridade a hierarquia a que devem submeter-se as metas. As ações no município de Novo Hamburgo são direcionadas pelo Plano Plurianual. Esse instrumento tem a duração de quatro anos, com início no segundo ano do mandato.

A LDO, por sua vez, trata das metas fiscais, fixando o montante de recursos que o governo pretende economizar, traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes, autoriza o aumento das despesas com pessoal e dispõe sobre encargos e benefícios aos servidores, trata das transferências a entes públicos e privados e disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas.

Dessa forma, as metas e prioridades apresentadas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020 fazem correspondência com as ações orçamentárias do Plano Plurianual - PPA 2018-2021, com as alterações propostas pelo Executivo.

A receita prevista para o exercício de 2020, referente à Administração Direta, está estimada em R\$ 1.008.610.334,00 (um bilhão, oito milhões, seiscentos e dez mil, trezentos e trinta e quatro reais), e a referente à Administração Indireta, compreendendo o Instituto de Previdência e Assistência ao Servidor Municipal - IPASEM, estimada em R\$ 234.465.000,00 (duzentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais) e a COMUSA - Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo, estimada em R\$ 104.536.000,00 (cento e quatro milhões, quinhentos e trinta e seis mil reais).

Ressalta-se que o valor definitivo para o orçamento de 2020 ainda será determinado pela lei orçamentária, servindo a estimativa constante da LDO apenas de parâmetro para a definição das prioridades e das metas fiscais.

Além de orientar a elaboração do orçamento, a LDO foi incumbida pela Lei Complementar no 101 de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) de dispor sobre o equilíbrio das



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

contas públicas. Um dos dispositivos criados pela LRF e que compõe a LDO é o Anexo de Metas Fiscais, no qual são definidas metas anuais de resultado primário e de resultado nominal para o exercício a que se referirem e para os dois subsequentes.

O resultado primário permite verificar a economia destinada para o pagamento dos encargos e amortizações da dívida pública. O resultado primário é definido pela diferença entre as receitas não financeiras e despesas não financeiras, sendo que quanto maior o seu valor, melhor é a situação fiscal. É um indicador que permite medir a economia destinada para o pagamento dos encargos e amortizações da dívida pública.

Quanto ao Regime Próprio de Previdência e Assistência dos Servidores, a LDO, conforme estabelecido pela LRF (art. 4º, §2º, inciso IV), deverá conter uma avaliação da situação financeira e atuarial deste. O PL da LDO 2020 apresenta estimativas do relatório Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Novo Hamburgo (IPASEM).

No que tange aos Riscos Fiscais (ANEXO III), de acordo com a Lei Complementar nº101, de 4 de Maio de 2000, LRF, a LDO deve conter Anexo, explicitando os Riscos Fiscais - fatores e riscos que não estão sob controle da municipalidade, mas que podem afetar as metas fiscais estabelecidas em lei. O Executivo apresenta estimativa de Riscos Fiscais, acostando igualmente os mesmos documentos quanto ao IPASEM, à CAMARA MUNICIPAL e à COMUSA.

Os Riscos Orçamentários representam a possibilidade das receitas estimadas e despesas fixadas na Lei Orçamentária não se confirmarem no exercício financeiro, por conta de fatos conjunturais divergentes daqueles previstos no momento da elaboração da peça orçamentária.

Ainda, a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, pormenorizando em seu art. 4º, as disposições a serem elencadas na LDO, as quais, encontram-se efetivamente presentes no Projeto em comento.

No azo, importante salientar que a análise da Contadoria desta Casa é conclusiva no sentido de que, não há no presente Projeto, qualquer mácula que possa obstar o prosseguimento do presente feito, devendo o mesmo seguir seu curso, posto que viabilizada está a remessa do mesmo ao Plenário desta Casa Legislativa.

Da mesma forma, verifica-se cumprido o disposto da referida norma no que tange aos Anexos exigidos (Anexo de Metas Fiscais e Anexo de Riscos Fiscais).

No momento, temos que, eventuais alterações podem ser realizadas por Projetos de Lei, submetidos à apreciação da Casa Legislativa, para inclusão ou exclusão de determinados programas ou iniciativas, com realocação de recursos ou com autorização de



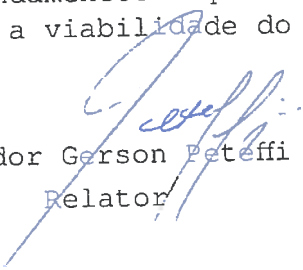
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

abertura de créditos especiais em dotações orçamentárias específicas e em limites pré estabelecidos. Essas situações, por serem específicas e de menor complexidade, podem ser interpostas a qualquer tempo, submetendo-se ao processo legislativo comum.

Em assim sendo, vemos que o Parecer Técnico da Gerência Financeira desta Casa Legislativa se mostra conclusivo no que pertine ao seguimento da proposição em comento.

Desta forma, após amplo debate, resumido no arrazoado que subscrevemos, pelos fundamentos expostos, bem como pelo Parecer Técnico em anexo verifica-se a viabilidade do presente Projeto de Lei.


Vereador Gerson Peteffi
Relator

DISPOSITIVO:

Ante o exposto, a Comissão de Competitividade, Finanças, Orçamento, Economia e Planejamento opina pela regularidade da proposição, com o encaminhamento da mesma ao Plenário para análise e votação.

Novo Hamburgo, 18 de setembro de 2019.


Vereador Enio Brizola
Presidente


Vereador Nor Boeno
Secretário